

O LUGAR DA FILOSOFIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Alan Bizerra Martins¹

Resumo: A presente pesquisa é fruto da participação da disciplina “Introdução a filosofia da Educação: uma tradição literária”, ofertada na linha de Pesquisa Cultura, Filosofia e História da Educação, no segundo semestre de 2024, no curso de doutorado. O presente trabalho tem objetivo analisar como livros didáticos da coleção “prisma” do ensino médio, aprovados pelo PNLD, estruturam o conhecimento filosófico. Nesse sentido, a pesquisa procura identificar a organização temas filosóficos abordados na coleção utilizada por uma escola estadual da cidade de Marabá/PA. Para realização do trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa e exploratória proposta por Gil (1999). Como procedimento metodológico da pesquisa, recorreu-se ao conceito de análise das fontes de discurso de Mikhail Bakhtin (2014). A pesquisa realizada revelou que os livros didáticos aprovados pelo PNLD, selecionados para o estudo, apresentam temas de filosofia na sua estrutura curricular. Esses conteúdos procuram aplicar a filosofia de forma prática, promovendo uma perspectiva interdisciplinar que reflete uma visão ampla e atualizada.

Palavras-chave: Filosofia, Livro didático, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Gontijo (2019), o principal destaque sobre o ensino da filosofia no Brasil nos últimos foi o fato de que a filosofia passou a ocupar maior no espaço na agenda escolar e universitária. Isso só foi possível devido “algumas marcas histórias, como a aprovação pelo Congresso Nacional da obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia nos anos de 2000” (Gontijo, p. 134). Além disso, no ensino médio, a implementação de legislações como a Lei nº 11.684/2008² que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou obrigatória a inclusão da filosofia e sociologia como disciplinas, representou um marco significativo.

Diante disto, o desenvolvimento do ensino da filosofia desempenha um papel fundamental na construção do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes do ensino médio. Desse modo, o livro didático de filosofia surge como um importante recurso pedagógico essencial, não apenas para a disseminação de conceitos filosóficos, mas

¹ Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo - SP, alanmartinsdr23@usp.br

² Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.



também como um meio de engajar os alunos na análise das questões existenciais, éticas e epistemológicas que permeiam a experiência humana (Gontijo, 2019).

No entanto, a maneira de como a filosofia é abordada nos livros didáticos pode influenciar significativamente o interesse e a compreensão dos conteúdos pelos estudantes. Isso se torna ainda mais evidente quando, em 2022, segundo Pereira e Macedo (2024) com a polêmica da reforma do Novo Ensino Médio, ocorreu “uma nova proposta de material didático é implantada no Brasil, suscitando debates nas comunidades escolares, mas também entre pesquisadores, sobretudo em função das mudanças percebidas” (2024, p. 146).

Com essa reformulação no ensino médio, os livros didáticos passaram por mudanças que impactaram diretamente aspectos como a seleção de conteúdos, a abordagem pedagógica e a presença ou ausência de debates históricos e contemporâneos aspectos determinantes para o impacto desse material na formação dos alunos.

O presente trabalho tem objetivo analisar como livros didáticos da coleção “prisma” do ensino médio, aprovados pelo PNLD, estruturam o conhecimento filosófico. Nesse sentido, a pesquisa procura identificar a organização temas filosóficos abordados na coleção utilizada por uma escola estadual da cidade de Marabá/PA.

Para realização do trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa e exploratória proposta por Gil (1999). Como procedimento metodológico da pesquisa, recorreu-se ao conceito de análise das fontes de discurso de Mikhail Bakhtin (2014). Além disso, foi mobilizado um conjunto documental, 6 volumes da coleção “Prisma”, da editora FTD, disponível no formato *online*.

É importante mencionar que esta pesquisa é fruto da participação da disciplina “introdução a filosofia da Educação: Uma tradição literária”, ofertada na linha de Pesquisa Cultura, Filosofia e História da Educação, no segundo semestre de 2024, no curso de doutorado. A disciplina foi ministrada pelos professores Drs. Marcos S. Pagotto Euzébio, Rogério de Almeida e Marcos N. Beccari e teve como proposta refletir sobre as relações entre a filosofia e a educação, a partir de um panorama da filosofia ocidental e suas implicações e desdobramentos na educação.

A presente pesquisa foi fundamentada em três momentos, no primeiro, são debatidas reflexões acerca do Novo Ensino Médio no Brasil. Em seguida, aborda-se



A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

A Lei nº13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura no ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2017).

Consequentemente, a Lei nº13.415/2017, foi proposta uma mudança na estrutura curricular no ensino médio, a partir do texto homologado no ano seguinte da BNCC. Com o objetivo de reorganizar o currículo para atender às diretrizes do novo ensino médio, a estrutura curricular, antes organizada por disciplinas, passou ser estruturada por área de conhecimento, conforme o quadro abaixo apresentado por Moura (2022).

Quadro 1: Mudanças nas disciplinas antes e depois da BNCC.

³ Segundo a Lei nº13.415/2017, os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar.



Antes da BNCC (até 2018)	Após a BNCC (Novo Ensino Médio)
Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Artes, Educação Física.	Linguagens e suas Tecnologias.
Matemática.	Matemática e suas tecnologias.
Biologia, Física, Química.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
História, Geografia, Filosofia e Sociologia.	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
	Formação técnica e profissional

Fonte: Moura, 2022.

De acordo com o quadro 1, observa-se que, a partir da reformulação feita pela BNCC de 2018, a organização curricular das disciplinas foi alterada, agrupando-as em grandes áreas de conhecimento. Segundo Moura (2022), as versões anteriores da BNCC contavam com a participação especialistas que colaboraram na construção dos documentos anteriores. No entanto, a versão final foi descrita como “sendo um documento modificado bruscamente pelo governo Michel Temer, sem diálogos com os profissionais e corpo técnico alterando diversos pontos dos documentos anteriores, tal como a proposição do itinerário formativo e organização das disciplinas” (2022, p. 33).

Nota-se que o processo de publicação da BNCC trouxe mudanças significativas para o ensino médio, consolidadas por meio da Lei nº13.415/2017. Segundo Koepsel et al. (2020), a proposta de reformular o ensino médio estabeleceu uma ampliação da carga horária para 3.000h em todo o ciclo. Desse total, 1.800h são destinadas à formação geral, enquanto 1.200h são voltadas aos itinerários formativos, ambos orientados pelo texto da BNCC. Dessa maneira, a reorganização do ensino médio tem sido amplamente criticada por profissionais, especialmente porque as modificações se basearam majoritariamente no da Base Nacional Comum Curricular.

Importante mencionar que a implementação do programa do novo ensino médio teve início em 2022, em consonância com a BNCC, de forma gradativa, com previsão de conclusão em 2024. Conforme Cunha (2017) a urgência do Governo Temer para aprovar a reforma trouxe consequências. O autor destaca que “o projeto de lei estava pronto para ir ao plenário, foi atropelado pela medida provisória. Até mesmo defensores da flexibilização do Ensino Médio rejeitaram a chegada da reforma ao



BREVE HISTÓRICO DO PNLD

As políticas voltadas para o livro didático não devem ser tratadas de forma isolada no âmbito educacional. Segundo Soares e Dias (2019), no Brasil, as políticas para os livros didáticos “são datadas da década de 1930 e tiveram como o marco fundador a criação do Instituto Nacional do Livro Didático (INL)” (2019, p. 202). A partir dessa década, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Saúde, passou a fiscalizar o sistema de ensino em todo território nacional. Em 1931, ocorreram reformas no ensino secundário que “estipulava em seu artigo 10, que os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, seriam expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto n.º 19.890, de abril de 1931)” (Stamatto e Caimi, 2016, p. 227). Ainda na década de 1930, durante o Estado Novo, o Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, regulamentou a legislação para a produção e utilização do livro didático por meio do decreto Lei. n.º 1.006, em 30 de dezembro de 1938, criando a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Essa comissão foi instituída para avaliar dos materiais didáticos “com objetivo de cuidar da produção, importação e utilização do livro didático” (Bezerra, 2017, p. 69). Com a criação da CNLD, o Estado, por meio das políticas governamentais, tornou-se o principal agente na organização dos manuais didáticos. Essas políticas eram direcionadas aos conteúdos abordados pelos livros didáticos, com o intuito de padronizar uma política nacional baseada em programas oficiais de ensino (Martins, 2022, p. 141). Assim, a produção dos livros didáticos deveria seguir as normas



Em 1945, o Decreto Lei. 8.460, de 26 de dezembro, consolidou dos critérios da CNLD, atribuindo-lhe quinze membros nomeados pelo Presidente da República, escolhidos entre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral. Nos anos seguintes, por volta de 1947, os livros autorizados para as escolas primárias, secundárias, normais e profissionais começaram a ser publicadas através do Diário Oficial da União, até 24 de março de 1961 (Martins, 2022). Nesse período, em 1952, foi criada a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), destinada à elaboração de livros didáticos, guias e manuais para os professores. Segundo Filgueiras (2011), a CALDEME era responsável por traduzir “livros de grande importância para a educação, publicar livros inéditos de autores brasileiros, realizar estudos sobre materiais didáticos destinados ao ensino de Ciência” (Filgueiras, 2011, p. 4). Em 1956, o Decreto n.º 38.556, de 12 de janeiro de 1956, substituiu a CALDEME pela Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), cujo objetivo era “promover o levantamento de dados sobre as necessidades de material escolar e as condições de mercado e promover a incrementar a produção de material didático”. Já em 1961, com a instituição da Lei n.º 4.024, foram fixadas as Diretrizes e Bases da Educação em 20 de dezembro. A nova legislação trouxe expectativas de mudanças nos currículos e, conseqüentemente, na adoção de livros escolares. Em 1971, por meio do Decreto n.º 68.728, de 9 de junho, transferiram-se as contas bancárias da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) para o Instituto Nacional do Livro Didático que passou a administrar e gerenciar os recursos financeiros destinados à política educacional e desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) (Bezerra, 2017). No ano de 1976, o Governo Federal assumiu parcela de compras dos livros didáticos para distribuição para as escolas. Com a extinção do INL, foi criada Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), por meio da Lei n.º 5.327, de 2 de outubro de 1967, com objetivo de realizar programas relacionados aos livros didáticos (Martins, 2022). A fundação funcionou até em 1983, quando foi substituída pela Fundação de Assistência aos Estudantes (FAE), na qual incorporava a PLIDEF, pela Lei n.º 7.091, de 18 de abril de 1983. A FAE “era um grupo de trabalho especialmente instituído para analisar os



Com a proposta do Novo Ensino Médio, em 2017, várias reformulações ocorreram. A Lei nº. 13.415/2017 alterou a LDB nº 9394/1996, estabeleceu mudanças estruturais Ensino Médio, como a possibilidade de escolha de itinerários formativos pelos alunos. O Decreto nº. 9099/2017 que unificou as ações do PNLD e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), alterando o nome para Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Essa reformulação incluiu a exclusão de universidades públicas da avaliação das obras didáticas, que passou a ser feita por profissionais indicados pelo MEC. Uma última mudança, as redes de ensino podem optar pela proposta de unificação ou não das obras que serão distribuídas pelo FNDE para o Ensino Médio. Em 2021, as mudanças foram implementadas, consolidando-se no ano de 2022.



ESTRUTURA DA COLEÇÃO PRISMA

A coleção selecionada para pesquisa é a Prisma da editora FTD da edição do ano de 2020. A coleção está organizada em volumes como pode ser observado na Figura 1. Cada respectivo volume possui uma temática diferente: Volume 1: Mundo do Trabalho: indivíduo e sociedade, Volume 2: Política e Ética em ação: cidadania e democracia, Volume 3: Brasil da Diversidade: Sociedade e direitos, Volume 4: Espaços em Transformação: desigualdade e conflitos, Volume 5: Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza, Volume 6: Mundo em Movimento: Globalização, conflitos e pandemia.

Figura 1: Volumes da coleção prisma.



Fonte: RAMA, Maria Angela G. et al, Prisma: ciências humanas: mundo em movimento: globalização, conflitos e pandemia, 1ª ed. São Paulo: FTD, 2020.

No que diz respeito a estrutura curricular nos volumes da coleção possuem divisão em Unidades e Capítulos (como mostra o quadro 2 abaixo). É importante salientar que, com a reformulação do ensino médio os livros didáticos atualmente são distribuídos em 6 volumes para as escolas. Fica a critério das instituições de ensino utilizar quais e/ou quantos livros da coleção, independente da ordem, no decorrer do ano letivo.

Quadro 2: Unidades e Capítulos nos volumes da coleção Prisma.

UNIDADES	CAPÍTULOS
----------	-----------



VOLUME 1	
1. Vamos falar de trabalho	1. Minhas escolhas 2. O mundo do trabalho
2. O Trabalho no Brasil	3. O mercado de trabalho no Brasil e suas desigualdades 4. Conquistas trabalhistas no Brasil
3. O trabalho e a revolução industrial	5. O trabalho sempre foi igual? 6. Os primórdios da indústria
4. Trabalho e produção	7. Transformações tecnológicas 8. O futuro do trabalho
VOLUME 2	
1. Ética e política	1. A ética no mundo contemporâneo 2. Política não se discute?
2. Direitos humanos	3. Em busca da cidadania 4. O que são os direitos humanos
3. Participação política	5. Organização do governo 6. Participação política
4. Organização do Estado	7. A organização do Estado 8. A democracia pode morrer?
VOLUME 3	
1. População brasileira: somos muitos e diversos	1. Dinâmicas das populações 2. O que são minorias sociais
2. Jovens e mulheres no Brasil	3. Ser jovem no Brasil 4. As mulheres e suas lutas
3. Os negros e sua luta contra o racismo	5. Racismo e desigualdade racial no Brasil 6. O movimento negro e as ações afirmativas
4. Povos indígenas: cinco séculos de resistência	7. Povos indígenas no Brasil 8. Como garantir a sobrevivência das sociedades indígenas?
VOLUME 4	
1. Uma cidade para todos	1. Vivências urbanas 2. Morar nas cidades
2. Origem e crescimento das cidades	3. A origem das cidades 4. Crescimento das cidades



3. A produção aumenta. E a fome acaba?	5. Expansão da produção no campo 6. Transformação na alimentação
4. Por um campo justo e saudável	7. Agricultura familiar e produções sustentáveis 8. Concentração de terras no Brasil
VOLUME 5	
1. Consumo responsável	1. Consumir para viver ou viver para consumir 2. O que sobra depois do consumo: para onde vai meu lixo?
2. Recursos naturais: usos e abusos	3. Visões de natureza 4. Todos têm sede, mas nem todos têm água
3. Questões ambientais no mundo contemporâneo	5. Mudanças climáticas e preservação das florestas 6. Desastres naturais ou humanos?
4. Políticas ambientais e sociedade civil	7. Políticas ambientais internacionais do século XXI 8. Políticas ambientais no Brasil
VOLUME 6	
1. O mundo globalizado	1. O que é globalização? 2. Uma era digital
2. As múltiplas faces da violência	3. Terrorismo 4. Violência
3. A nova ordem mundial	5. Diplomacia e guerra na ordem mundial 6. Economia global: disputas e tensões
4. Um mundo doente	7. Vamos embora daqui 8. Saúde global

Fonte: autor, 2024.

A partir do quadro 1, podemos mapear os temas abordados nas respectivas unidades dos volumes da coleção didática. Nota-se que, a uma predominância da divisão curricular dos livros didáticos. Em cada unidade temática, possui dois capítulos. Dessa forma, a coleção “Prisma” possui o total de 24 Unidades temáticas, totalizando 48 capítulos. Nesse contexto, por meio desse mapeamento da estrutura curricular pode-se identificar em qual momento é tratado temas da filosofia pelos livros didáticos.



Diante disto, o quadro 3 abaixo, apresenta a distribuição dos temas da filosofia pelos livros didáticos volumes das coleções didáticas:

Quadro 3: Distribuição dos Temas prioritários para Filosofia nos livros didáticos.

Área	Volum e	Capítu lo	Encaminhamentos Proposto Pelo Livro
Filosof ia	1	5	Analisar conceitos e ideias relacionados ao papel social do trabalho nas sociedades ocidentais propostas pelos pensadores: Adam Smith; Karl Marx; Émile Durkheim e
Filosof ia	2	1	Compreender a importância do pensamento filosófico como prática de construção de conhecimento (<i>filo</i> = amigo / <i>sofia</i> = conhecimento) em torno de temas e conceitos relacionados a existência, verdade, moral, linguagem, entre
Filosof ia	2	2	Explorar as ideias do filósofo Michel Foucault (1926-1984) em torno do problema do poder e da resistência.
Filosof ia	2	3	Compreender o conceito moderno de cidadania a partir da análise de textos da tradição antiga greco-romana (Sócrates e Platão) e moderna (Immanuel Kant, Thomas Hobbes e
Filosof ia	2	4	Discutir o conceito de direitos humanos e analisar suas implicações para o pensamento filosófico no decorrer do temo
Filosof ia	5	1	Conhecer correntes de pensamento contemporâneas sobre a questão do consumismo.
Filosof ia	5	3	Compreender as formulações e distinções entre a humanidade e o mundo natural por meio do pensamento filosófico e da filosofia ambiental.
Filosof ia	6	2	Estudar o conceito de sociedade do controle (Deleuze) e identificar como essas formas de controle podem ser observadas em nosso cotidiano. Analisar aspectos relacionados ao uso ético das TICs. Identificar como o avanço das TICs no mundo do trabalho vem alterando a

Fonte: autor, 2024.

A partir do quadro 3, percebe-se, nos volumes da coleção Prisma, a presença de algumas tendências. A primeira refere-se à apresentação de uma variedade de temáticas distribuídas nesses livros didáticos. Isso é evidente na estrutura dos temas relacionados à filosofia, uma vez que os conteúdos abrangem desde fundamentos até a questões contemporâneas específicas. Por exemplo, o tema do consumismo no Volume 5 e o da tecnologia no Volume 6. Além disso, nota-se a integração de pensadores clássicos e

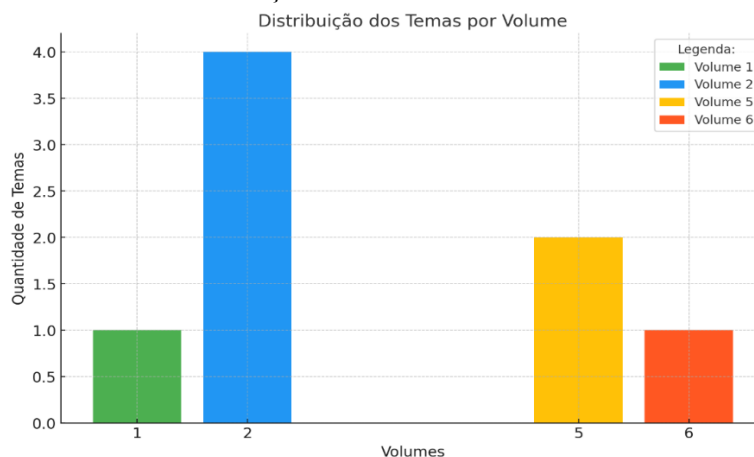


modernos, que enriquecem os debates e reflexões, proporcionando ao material didático um panorama filosófico abrangente.

Outra tendência identificada é o enfoque ético e crítico desenvolvido nos volumes da coleção. Os temas, principalmente relacionados a questões éticas, como os direitos humanos e filosofia ambiental, ganham destaque em parte dos volumes. Ademais, buscam apresentar a filosofia como uma ferramenta crítica para analisar temas como cidadania, respeito, privacidade, poder, controle social e política. Também é perceptível a preocupação em abordar questões atuais, reforçando a relevância de tratar temas contemporâneos.

A última tendência identificada diz respeito à interdisciplinaridade dos conteúdos nos volumes. Nesse contexto, os temas como trabalho, cidadania, política e tecnologia conectam a filosofia a outras áreas dos conhecimentos, como Geografia, História e a Sociologia. Essa abordagem interdisciplinar se intensificou após a reformulação do ensino médio, ocasionada pela implementação da BNCC, que determina que essas disciplinas sejam trabalhadas na área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Entretanto, o gráfico abaixo evidencia que a distribuição dos temas apresenta uma maior concentração no Volume 2 da coleção:

Figura 2: Gráfico da distribuição de temas.



Fonte: autor, 2024.

Gráfico acima apresenta a quantidade de temas abordados nos volumes, demonstrando como a filosofia é trabalhada em conjunto com as outras áreas da Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nota-se que a maior diversidade de conteúdos ocorre no Volume 2, seguido pelos Volumes 5, 6 e 1. Essa distribuição pode dificultar a



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a pesquisa atingiu seu principal objetivo ao analisar como os temas da filosofia estão distribuídos na estrutura curricular dos livros didáticos da coleção Prisma. Ressalta-se a importância de estudos mais aprofundados sobre os temas filosóficos, buscando compreender as abordagens pedagógicas e as perspectivas filosóficas presentes nesses materiais. Dessa forma, destaca-se a relevância um estudo posterior desse tema.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.



BEZERRA, Holien G. O PNLD de História: momentos iniciais. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. **História**, São Paulo, 23 (1-2), 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para passado. **Educação & sociedade**, Brasília, v. 38, 2017.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As ações da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26; 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

GABRELON, Anderson. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Aquisição e distribuição do livro didático como política de Estado. In: X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR. **Anais**, Campinas, SP: UNICAMP, 2016.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas. 1999.

GONTIJO, Pedro Erginaldo. Ensino de Filosofia e uso do Livro Didático: um debate necessário. **Revista O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v.28, n.44, p.133-147, jan.-jun.2019. disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/681>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

KOEPSEL et al. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei nº 13. 415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**, n. 44, 2020.

MARTINS, Alan Bizerra. Livro didático e o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira: narrativas e políticas públicas. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 1, p. 135-152, jun-abril 2022.

MOURA, Carlos Henrique A. **A sociologia no ensino médio: editais do PNLD 2018 e 2021**. Dissertação de (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, 2022.

PEREIRA, Jerse Vidal Macedo, MARIA de Lourdes L. O Livro Didático do Novo Ensino Médio. **Revista Mnemosine**, volume 15, N. 1, JAN/JUN 2024. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/mnemosine/article/view/3259>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.



ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SOARES, Jandson; DIAS, Margaridas. O programa nacional do livro didático PNLD. In: FERREIRA, Marieta de M; OLIVEIRA, Margarida M. D. de (Orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

STAMATTO, Maria Inês S; CAIMI, Flávia E. O livro didático de História do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, maio/ago. 2016.

